

**NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2018
CAPASEMU**

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A CAIXA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO – CAPASEMU – C.N.P.J. 87.603.775/0001-30 é uma autarquia municipal, com personalidade jurídica própria, situada na Rua Morom, 1858, 5º andar, Centro de Passo Fundo, RS, CEP 99.010-034, tem por objeto a prestação de serviços e a assistência na área da saúde aos seus filiados (servidores públicos municipais, estatutários); da forma prevista na **Lei Municipal nº 208/2008** e conforme as resoluções aprovadas pelos conselhos deliberativo e fiscal da Autarquia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis encerradas em **31/12/2018** foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas **NBCASP** (normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº **1.111/2007 do CFC**.

Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas conforme a Lei nº **4.320/64**, a escrituração observou o **elenco de Contas** do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (**TCE-RS**), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas Brasileiras e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Alterações nas políticas contábeis: no exercício de 2018: não ocorreram alterações nas políticas contábeis, pois já foi adotado anteriormente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP no Município de Passo Fundo e na Autarquia.

O Balanço Geral da Autarquia referente ao exercício de 2018 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

3. Mudanças de Critérios Contábeis

Não houve mudanças de critérios contábeis.

4. Ajustes de Exercícios Anteriores

Não ocorreram ajustes relativos aos exercícios anteriores

5. Resumo das Principais Práticas Contábeis

O resumo das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos da Autarquia.

O regime contábil adotado na contabilização da execução orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

6. Apuração dos resultados públicos:

Resultado patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para despesa).



7. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

As principais diretrizes dos procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os registros contábeis **das receitas** que ingressam na Autarquia, observam as seguintes regras: 1. **Plano odontológico** (receita orçamentária recebida mensalmente dos filiados optantes); 2. **Plano 70** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados, o valor é fixo por dependente dos 18 aos 24 anos. Os filhos até completarem 18 anos de idade, os portadores de deficiência que os impossibilite de exercer quaisquer atividades na condição de **dependentes legais**; o cônjuge, o companheiro (a), os filhos dos 18 aos 24 anos, solteiro, os menores sob guarda e os enteados que vivam sob a dependência econômica do filiado titular na condição de **dependentes especiais**; 3. **Funcional** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados calculada tendo como base dos vencimentos e proventos incorporáveis dos servidores; 4. **Patronal** (receita orçamentária) recebida mensalmente através da contribuição de 6,9% da folha de pagamento da Prefeitura Municipal, Ippasso, Câmara de Vereadores, Hospital Municipal Dr Cesar Santos e da Capasemu. Portanto, dos itens 1 ao 4, são os registros que resultam, simplesmente numa arrecadação orçamentária para a Capasemu. Existem ainda outras receitas, provenientes dos **AMHOS** (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) e do pagamento das despesas médicas (**Variáveis**) que foram realizadas pelos filiados, nestas existe a coparticipação dos filiados. Estas despesas são financiadas pela Autarquia para os filiados conforme previsão legal na Lei Complementar 208/2008 e de acordo com a Resoluções dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As coparticipações são estabelecidas através de tabelas com percentuais diferenciados conforme o procedimento realizado e a categoria do filiado. Estas **são as receitas extras orçamentárias** que geram créditos a receber dos filiados que são descontados na folha de pagamento **até o limite legal de 20% da remuneração mensal**. Estas receitas são classificadas da seguinte forma: 5. Juros (receita orçamentária); 6. Variáveis (receita e despesa extra orçamentária) e 7. Amho (receita e despesa extra orçamentária). Os itens 6 e 7 resultam de atendimentos de saúde feitos pelos filiados, onde a Capasemu sempre paga ao profissional da saúde (registro de despesa extra orçamentária) para posteriormente receber estes valores dos filiados através dos descontos realizados na folha de pagamento. Após a retenção do valor na folha de pagamentos do filiado, o valor é repassado para a Capasemu, quando será registrado o ingresso da receita extra orçamentária. Esta receita é registrada em conta de ativo por centro de custo para fins de controle desses valores a receber dos filiados. Os AMHOS (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) são os financiamentos das despesas na área da saúde realizados conforme as Resoluções e a previsão legal. Quando o filiado realiza um procedimento classificado como AMHO, este procedimento é parcelado e o valor devolvido conforme a margem de desconto de 20% sobre a remuneração mensal. Sobre este valor parcelado é que incidem os juros (item 5). Estes juros serão considerados como receita orçamentária.

8. DO BALANÇO PATRIMONIAL

8.1 Ativo Circulante

8.1.1 Disponível:

8.1.2 Caixa e equivalentes de caixa:

Não há disponibilidade de Caixa na Capasemu, todos os valores relativos as receitas ingressaram na Autarquia obrigatoriamente são contabilizados nas contas juntos as duas instituições bancárias: Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal.

As disponibilidades financeiras da Autarquia somavam R\$ 4.292.118,20, em 01/01/2018. No final do exercício financeiro de 2018 o valor disponível alcançou o montante de R\$ 4.616.539,72; todo o valor depositado nas contas bancárias da Autarquia.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

Estas aplicações financeiras, totalizaram o valor de R\$ 66.964,62 em aplicações financeiras na Caixa Econômica Federal no Fic Prático e no CDB o valor de R\$ 4.543.036,74. No Bannisul na Aplicação Fundo Super o valor de R\$ 6.538,56 as quais possuem liquidez de curto prazo.

8.1.2.1 Bancos conta movimento:

As disponibilidades registradas neste subgrupo estão demonstradas de acordo com as conciliações bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciadas pelos extratos de conta(s) corrente(s) bancária(s) em suas respectivas datas de operações.

No banco conta corrente estão registradas as aplicações de liquidez imediata.

A Capasemu possui contas junto à Caixa Econômica Federal e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul; os respectivos saldos devidamente conciliados no encerramento do exercício financeiro estão informados nas tabelas abaixo:

Código	Nome da Conta	Valor
54.973	CEF C/MOV CAPASEMU	R\$ 66.964,42
54.974	CEF C/MOV CAPASEMU SERVIDORES	R\$ 0,00
	SUB-TOTAL	R\$ 66.964,42
Código	Nome da Conta	Valor
9042	BANRISUL CONTA MOVIMENTO- CAPASEMU	R\$ 0,00
54.927	BANRISUL CONTA MOVIMENTO- CAMARA	R\$ 0,00
54.928	BANRISUL CONTA MOVIMENTO- HBSC	R\$ 0,00
54.929	BANRISUL CONTA MOVIMENTO- P.A.	R\$ 0,00
	SUB-TOTAL	R\$ 0,00
Código	Nome da Conta	Valor
9043	BANRISUL CONTA APLICAÇÃO- CAPASEMU	R\$ 6.538,56
54.980	CEF CONTA APLICAÇÃO FLEX	R\$ 4.543.036,74
54.987	BANRISUL CONTA APLICAÇÃO - CAMARA	R\$ 0,00
54.988	BANRISUL CONTA APLICAÇÃO - HBSC	R\$ 0,00
	SUB-TOTAL	R\$ 4.549.575,30
	TOTAL GERAL	R\$ 4.616.539,72

Foram emitidos cheques no exercício de 2018, que serão compensados no exercício de 2019.

Primeiramente, na tabela abaixo o cheque emitido que não foi compensado na conta da Autarquia junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul; conta contábil 1.1.1.1.19.12.30.01.00.

Cheque	Credor	Valor do Cheque
2510	Clínica Dssaúde Ltda	R\$ 1.722,85
	TOTAL	R\$ 1.722,85

Na tabela abaixo os cheques emitidos que não foram compensados na conta da Autarquia junto à Caixa Econômica Federal; conta contábil 1.1.1.1.19.03.30.03.00.

Cheque	Credor	Valor do Cheque
301414	Ivanir Tiecher	R\$ 87,00
301446	Instituto de Neurologia e Neurocirurgia Ltda-Me	R\$ 500,00
301495	VRTG Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 3.200,00
301502	Ceni Fátima Lorandini Piunheiro	R\$ 233,75
301511	Simone Beatriz Silva Borelli	R\$ 126,47
301512	Vania Ines de Oliveira Bossi	R\$ 112,50
301523	Simon & Sostruznik Ltda	R\$ 350,00
301531	Gilson Brum Bartolamei	R\$ 3.676,54
301534	Jorge Luis Martins Chaise	R\$ 54,11
301536	Marilyn Fernanda da Silva	R\$ 140,00
301548	Josiane Rigo Santin	R\$ 600,00
301549	Josiane Rigo Santin	R\$ 600,00
301550	Josiane Rigo Santin	R\$ 600,00
301551	Josiane Rigo Santin	R\$ 500,00
301552	Blum Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 780,00
301553	Blum Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 130,00
301554	Blum Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 560,00
301554	Blum Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 100,00
301564	VRTG Serviços Odontológicos Ltda	R\$ 1.300,00
301565	Imobiliária Esplendor Ltda	R\$ 912,08
301571	Cedonto - Centro Espe doc Odonto Radiológico	R\$ 1.121,33
301575	Oane Faccio	R\$ 412,96
301577	INSS	R\$ 86.744,34
301578	Delegacia da Receita Federal (Pasep)	R\$ 14.280,28
301579	Condominio Edificio Ladeira	R\$ 3.175,71
	Total	R\$ 119.697,07

As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de realização e os rendimentos em função do prazo decorrido até a data de balanço. Os valores foram aplicados conforme cronograma estabelecido buscando resguardar os Ativos Financeiros da Autarquia.

Todas as aplicações seguem o regramento do conselho monetário nacional e do BACEM.

8.1.2.2 Os créditos a receber:

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado. As contas de créditos a receber expressam o somatório dos valores a receber oriundo das prestações de serviços oferecidos pela Capasemu aos seus filiados, onde a mesma efetuou o pagamento das despesas de saúde aos profissionais que prestaram estes serviços, e tais valores são devolvidos mensalmente com desconto em folha dentro dos limites legais.

8.1.2.2.1 Dos Valores a Receber referente aos créditos variáveis e AMHOS

Durante o exercício de 2018 a contadoria realizou registros de atualização dos saldos contábeis do balanço patrimonial com os saldos dos relatórios do setor de faturamento. Não foi realizada a conciliação dos valores lançados no balanço patrimonial e dezembro com os valores do sistema de faturamento porque não recebemos os relatórios necessários do sistema de faturamento para tal conciliação. Portanto, a contadoria não tem como certificar a veracidade destes valores por falta de relatório do setor de faturamento para a conciliação.

As provisões foram constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

8.1.2.2.2 Dos Juros sobre AMHOS:

Não foi realizada a conciliação e atualização do saldo contábil dos valores lançados no balanço patrimonial com os valores do sistema de faturamento porque o sistema de faturamento não disponibilizou relatório para tal conciliação. Portanto, a contadoria não tem como certificar a veracidade destes valores por falta de relatório do setor de faturamento para a conciliação e devidos ajustes de saldo.

8.1.2.3 A Dívida Ativa

Não ocorreram inscrições em dívida ativa no exercício de 2018, pois a Autarquia não possui *software* adequado para a inscrição e controle deste créditos.

8.1.2.4 Dos estoques

A autarquia, instituiu, controle permanente dos estoques por meio do sistema informatizado. É realizado inventário dos estoques mensalmente para ajuste de eventuais divergências.

A entrada dos bens no sistema ocorre pelo custo de aquisição e a baixa pelo custo médio ponderado, conforme determina a legislação.

Os estoques da Autarquia se referem unicamente a material de expediente e de limpeza.

8.1.2.5 Ativo Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. A autarquia adotou o teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado, sendo que os ajustes necessários foram todos realizados em 2014. Neste ano foi realizada a reavaliação de todos os bens do ativo imobilizado e devidamente registrados em resultado, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.



Em 2018 a Autarquia realizou um inventário geral. Foram levantados os bens inservíveis que foram baixados, os demais foram apenas depreciados conforme método linear ou de cotas constantes. Os bens adquiridos no exercício foram tombados no ativo imobilizado e devidamente registrados, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

A Autarquia realizou o cálculo da depreciação pelo método linear ou de cotas constantes dos bens mensalmente. A comissão inventariante realizou as suas atividades que foram devidamente registradas em atas.

O inventário geral foi realizado pela comissão inventariante nomeada pelas Portarias números 045/2016 e 064/2018, nos meses de novembro e dezembro com o apoio da empresa Mauss Consultoria em Gestão Ltda.

8.1.2.6 VPDs pagas antecipadamente:

Não houve registro de tais fatos.

8.1.2.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo Não Circulante.

8.1.2.8 Ativo Investimentos:

O saldo do grupo investimentos refere -se a ações da autarquia junto a Habitasul, Codepas e Brasil Telecom.

Ações da CODEPAS: em relação às ações da CODEPAS decidiu-se deixar o saldo histórico da aplicação inicial da Autarquia, visto que a empresa municipal encontra-se com o Passivo a Descoberto. Portanto, o valor investido pela Autarquia na CODEPAS alcançou o percentual de 1,20% no momento em que a empresa foi criada.

Ações da Habitasul: a Autarquia possui ações Espécie PN Classe A com a **numeração inicial 4.924.639** e a **numeração final 4.925.001** totalizando a quantidade de **363** ações. O valor destas ações foi atualizado no exercício de 2018.

Ações da Telefônica Brasil S.A. (antiga CRT): a autarquia possui **04** ações tipo PN. Solicitamos informações relativas a estas ações no Banco Bradesco na cidade de Passo Fundo e até a presente data não recebemos o retorno.

8.1.2.9 Ativo Intangível:

A entidade não possui nenhum ativo intangível.

8.1.2.10 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos:

Não houve necessidade de ajuste a valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do Balanço.

8.1.2.11 Ativos e Passivos Contingentes:

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva.

8.1.2.12 Fornecedores:

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.



8.1.2.13 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazos superiores, no passivo não circulante.

8.1.2.14 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo - Provisões De Pessoal

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais. A contabilização é feita baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para a Autarquia e conseqüentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário. Os registros das provisões são realizados mensalmente.

O cálculo do valor das provisões é realizado manualmente com base no resumo geral da folha fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, pelo fato que, o software não oferece relatório para tal cálculo.

8.1.2.15 Obrigações de Longo Prazo

A Autarquia não possui obrigações de Longo Prazo.

8.1.2.16. Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve a necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado.

9. DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os saldos finais que se transferem para o exercício seguinte. Comparando o total das receitas orçamentárias que foram contabilizadas em 2018 com o exercício anterior concluímos que ocorreu um aumento de **R\$ 553.148,16** no valor arrecadado. Já as despesas Orçamentárias em 2018 foram menores que em 2017.

Os critérios adotados para o gerenciamento dos recursos financeiros da Autarquia estão apresentando resultados satisfatórios. As aplicações financeiras são realizadas de acordo com o fluxo financeiro dos pagamentos mensais nas datas estabelecidas com os gestores, o contador e os servidores responsáveis pelos serviços da pagadoria.

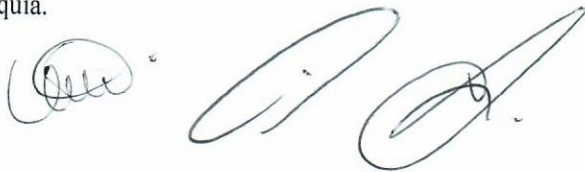
O saldo final das Aplicações Financeiras apresentou um acréscimo de **R\$ 739.857,46** em relação ao saldo no final do exercício anterior e todos os valores inscritos como Restos a pagar processados e não processados encontram o suporte financeiro necessário para atender as normas legalmente previstas.

9.1 Houve a inscrição de restos processados no valor de R\$ 102.843,51

9.2 Em relação aos restos a pagar não processados no valor de R\$ 61.503,13

9.3- Receitas Orçamentárias e intraorçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 16.592.675,97 no ano, registrados no balancete da receita, e representam transações da entidade para com sua autarquia. **As receitas orçamentárias** compreendem as receitas arrecadadas no exercício, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei. A Capasemu só utiliza recursos próprios, com destinação livre e as despesas orçamentárias de maior importância estão concentradas na área da saúde.

9.4 - Despesas Orçamentárias e intraorçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 15.652.611,57 no ano, registrados no balancete da despesa, e representam transações da entidade para com sua autarquia.



As transferências financeiras recebidas ou concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências concedidas.

9.5 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O valor total de ingressos no ano representou R\$ 931.969,40 e de pagamentos R\$ 1.295.156,65 portanto, tais valores não são de propriedade da entidade, que é, apenas a fiel depositária dos mesmos, por um certo período contratual. A diferença desses valores, fez o caixa geral diminuir em R\$ 363.187,25.

9.6 Os recebimentos extraorçamentários compreendem os valores que ingressaram nas contas da Autarquia e que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, retenções previdenciárias, retenções de imposto de renda, dentre outros.

9.7 Os pagamentos extraorçamentários compreendem aos valores que são pagos sem se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: pagamentos previdenciários dos prestadores e pagamentos de imposto de renda, restos a pagar de exercícios anteriores que foram pagos neste exercício de 2018.

9.8 O Saldo do Exercício Anterior e o Saldo para o Exercício Seguinte compreendem os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha depósitos restituíveis e valores vinculados.

Portanto, na análise dessa demonstração deve ser considerado como relevante que no exercício financeiro de 2018 o resultado financeiro da Autarquia alcançou um satisfatório de **R\$ 576.877,15**. Este resultado financeiro positivo indica o equilíbrio financeiro da gestão da CAPASEMU.

As conciliações bancárias estão sendo realizadas tempestivamente; os resultados apresentados refletem os valores dos saldos bancários disponíveis.

9.9 – Da composição do resultado financeiro

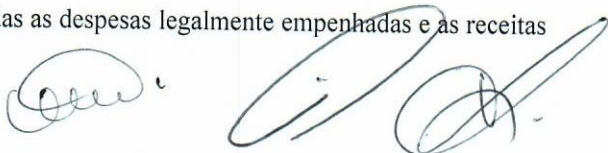
O resultado financeiro consolidado da Autarquia **R\$ 576.877,15** como um todo foi gerado da seguinte forma:

Balancete Financeiro - 2018		
Receitas Orçamentárias	R\$	16.592.675,97
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$	-
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$	931.969,40
Sub total	R\$	17.524.645,37
(-) Despesas Orçamentárias	-R\$	15.652.611,57
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$	-
(-) Pagamentos Extraorçamentários	-R\$	1.295.156,65
(=) Resultado Financeiro do Exercício	R\$	576.877,15

10 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

10.1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem dados da Autarquia, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações, imposições do MCASP, NBCASP e PCASP determinado pelo Tribunal de Contas do Estado.

10.2 - Critério de apropriação: consideramos como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas



efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

10.3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. Não ocorreram operações intraorçamentárias no exercício de 2018.

10.4 – Créditos Adicionais Reabertos: não existiram, de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2018, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

10.5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000. Os **restos a pagar não processados inscritos** em 2017 alcançaram o montante de **R\$ 212.517,57**; foram liquidados R\$ 111.764,63; o valor cancelado de restos a pagar de 2017 foi de R\$ 100.752,94. Já o **valor de restos a pagar processados inscritos** em 2017 alcançou o montante de R\$ 17.819,09; foram pagos R\$ 16.821,29; o valor cancelado foi de R\$ 997,80.

O balanço orçamentário da Autarquia apresentou um Superávit de R\$ 940.064,40 conforme apresentado na tabela abaixo:

Balanço Orçamentário - 2018		
(+) Receita Realizada	R\$	16.592.675,97
(-) Despesa Empenhada	-R\$	15.652.611,57
(=) Superávit	R\$	940.064,40

11 DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

11.1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

11.2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas receitas e despesas orçamentárias correntes.

11.2 Transferências Concedidas:

Não ocorreram transferências concedidas no exercício de 2018.

11.3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

11.4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Não ocorreram ingressos ou desembolsos relativos a financiamentos no exercício financeiro de 2018.

Destacamos o ingressos e os desembolsos das atividades operacionais no exercício de 2018: o ingresso das receitas totalizou o montante de R\$ 17.524.645,37; os desembolsos totalizaram R\$ 16.937.147,30; não

ocorreram alienação de bens, também não foram contratados empréstimos. Ocorreu o investimento de ativos não circulantes (imobilizado) no valor total de R\$ 10.620,92. Não foram assinadas operações de crédito ou financiamentos.

Desta forma, o fluxo de caixa da Autarquia no exercício financeiro de 2018 gerou um acréscimo no montante de R\$ 576.877,15; conforme demonstrado na tabela abaixo:

Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2018	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	
INGRESSOS	
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 16.592.675,97
Transferências Correntes Recebidas	R\$ -
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 931.969,40
Total	R\$ 17.524.645,37
DESEMBOLSOS	
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 15.558.738,77
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -
Transferências Concedidas	R\$ 83.251,88
Outros Desembolsos Operacionais	R\$ 1.295.156,65
Total	R\$ 16.937.147,30
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	R\$ 587.498,07
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (II)	
INGRESSOS	
Alienação de Bens	R\$ -
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	R\$ -
Outros Ingressos de Investimento	R\$ -
Total	R\$ -
DESEMBOLSOS	
Aquisição de Ativo não circulante	R\$ 10.620,92
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$ -
Outros Desembolsos e Financiamentos	R\$ -
Total	-R\$ 10.620,92
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (II)	-R\$ 10.620,92
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (III)	
INGRESSOS	
Operações de Crédito	R\$ -
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	R\$ -
Transferências de Capital Recebidas	R\$ -
Outros Ingressos de Investimento	R\$ -
Total	R\$ -
DESEMBOLSOS	
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ -
Outros Desembolsos e Financiamentos	R\$ -
Total	R\$ -
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (III)	R\$ -
Geração Líquida de Caixa e Equivalente a CAIXA (I+II+III)	R\$ 576.877,15

Apuração do Fluxo de Caixa do Período - 2018		
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R\$	9.148.905,84
Geração Líquida de Caixa	R\$	576.877,15
Caixa e Equivalente de Caixa Final	R\$	9.725.782,99

12 DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

12.1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:

Neste exercício não houve fato relevante como reavaliação de bens do ativo imobilizado. Também não houve desincorporação de passivos com valores relevantes. A Autarquia também não recebeu nenhum bem em doação de forma relevante que merecesse destaque.

12.1.1 Das Variações Patrimoniais Aumentativas.

12.1.1.1 – Contribuições

As Contribuições Sociais elencadas neste anexo correspondem aos repasses de mensalidades ao Plano de Saúde pelos filiados, Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Hospital Municipal Dr Cesar Santos, Câmara de Vereadores, Ippasso, Capasemu e os filiados que retornaram ao Plano através de Processos Administrativos conforme consta na Lei Complementar 208/2008. Estas receitas são classificadas como patronal, funcional, plano odontológico e plano dependentes.

12.1.1.2 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em relação a receita com exploração de bens no exercício financeiro de 2018, o valor arrecadado refere-se ao aluguel ainda do exercício financeiro de (2017) e do mês de janeiro de 2018 da Sala da Autarquia localizada no Edifício Fiori.

12.1.1.3 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No exercício financeiro de 2018 a remuneração das Aplicações Financeiras obedeceram os mesmos critérios utilizados. O valor menor que o exercício anterior devido aos ajustes realizados nos valores pagos dos convênios e a grande quantidade de atendimentos realizados pelos filiados da Capasemu.

Ressalvamos que o Saldo aplicado em janeiro de 2018 era de R\$ 3.809.717,84. Em 31 dezembro de 2018 o saldo final das aplicações financeiras da Autarquia foi acrescido em R\$ 739.857,46.

12.1.1.4 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação

No exercício financeiro de 2018 foi acrescido no saldo a receber de juros dos filiados referentes aos procedimentos de Auxílios Médico Hospitalar e Odontológicos o montante de R\$ 62.812,29

12.1.1.5 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No exercício financeiro de 2018 foram registradas as receitas arrecadadas através de restituições. Estes valores referem-se a anulações de restos a pagar e outras restituições recebidas no período.

12.2 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: nenhum item do ativo sofreu perda relevante de valor no exercício.

12.1.2 Das Variações Patrimoniais Diminutivas

12.1.2.1 Pessoal e Encargos

São os valores referentes as despesas de Pessoal no exercício financeiro de 2018 relativas a folha de pagamento da Autarquia (remunerações, licenças prêmios, férias e seus adicionais, décimo terceiro e representações); acrescidas das despesas com Sentenças Judiciais. Nos Encargos Patronais estão incluídas as despesas previdenciárias dos servidores e gestores e a Contribuição Patronal da Autarquia para o Plano de Saúde.

12.1.2.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

São os valores das despesas relativas outras despesas previdenciárias, salário família e Auxílio Alimentação dos servidores.

12.1.2.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

São as despesas relativas ao Consumo de Material na Autarquia, diárias e prestações de serviços de terceiros (Pessoa Física e Jurídica). Destacando-se os valores dos serviços que foram prestados na área da Saúde: pessoa física R\$ 2.336.986,30 e Pessoa Jurídica R\$ 9.900.334,56.

12.1.2.4 Variações Patrimoniais Diminutivas e Financeiras

Estas variações estão relacionadas com as depreciações patrimoniais da Autarquia no exercício financeiro de 2018.

12.1.2.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Estas desvalorizações referem-se aos ajustes para perdas dos créditos a receber dos filiados vinculados ao Plano de Saúde e as Certidões Emitidas pelo TCE/RS que não foram pagas em nome do Senhor Valdir Scasi.

12.1.2.6 Tributárias

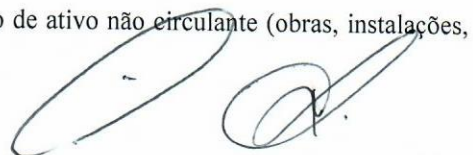
Estas despesas referem-se ao pagamento do PASEP

12.1.2.7 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As restituições empenhadas e pagas aos filiados relativas aos procedimentos realizados na área de saúde e que foram ressarcidos de acordo com as Resoluções dos Conselhos Fiscal e Deliberativos da Autarquia.

As receitas que ingressaram nos cofres da Autarquia no exercício financeiro de 2018 totalizaram R\$ 16.653.499,58. Destacamos o montante da Receita de Contribuições Sociais R\$ 16.300.177,21 e a Remuneração das Disponibilidades (Aplicações Financeiras) R\$ 273.526,61. Já os desembolsos compreendem os pagamentos orçamentários correntes, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. O valor total das despesas em 2018 foi de R\$ 16.188.908,83. Em relação aos valores desembolsados destacamos os valores referentes a prestação de serviços que alcançou o montante de R\$ 12.754.964,91. Nestas despesas estão incluídas inclusive as despesas na área da saúde. Destacamos o valor dos ressarcimentos aos filiados que totalizou R\$ 1.019.641,69.

Os desembolsos decorreram do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações,



equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício financeiro de 2018 não ocorreram ingressos de valores relativos a alienação de bens, empréstimos ou financiamentos concedidos e outros ingressos de investimento. Porém, ocorreram desembolsos para aquisição de bens móveis para o Patrimônio da Autarquia. Os investimentos realizados alcançaram os valores: Máquinas e Equipamentos Energéticos R\$ 1.613,00; Equipamentos de Processamento de dados R\$ 4.504,12; Máquinas e Instalações e Utensílios de Escritório R\$ 1.179,80; Mobiliário em Geral R\$ 3.324,00. Desta forma, o desembolso para investimentos alcançou o montante de R\$ 10.620,92.

No final do exercício financeiro o fluxo financeiro do caixa resultou num resultado positivo de R\$ 464.590,75.

Apresentamos na tabela abaixo um resumo do cálculo do resultado encontrado das Variações Patrimoniais em 2018 da Autarquia:

Demonstração das Variações Patrimoniais - 2018	
Variação Patrimonial Aumentativa	
Contribuições	R\$ 16.300.177,21
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 6.682,45
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 273.526,61
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação	R\$ 62.812,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 10.301,02
Total	R\$ 16.653.499,58
Variação Patrimonial Diminutiva	
Pessoal e Encargos	R\$ 1.803.579,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 13.854,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 12.865.029,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 21,62
Desvalorização e Perdas de Ativos	R\$ 320.855,08
Tributárias	R\$ 165.926,75
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 1.019.641,69
Total	R\$ 16.188.908,83
Resultado Patrimonial do Período	R\$ 464.590,75

13 - Informações Adicionais:

A Capasemu busca disponibilizar aos seus filiados (servidores do município de Passo Fundo ativos e inativos e pensionistas; e os seus dependentes legais) a prestação da assistência médica, hospitalar, laboratorial, de exames, serviços na área odontológica nos limites permissivos da sua receita e na forma e proporções dos planos que instituir. Art 3, **Lei Complementar nº 208/2008**. Como fator de **equilíbrio financeiro da manutenção do sistema de saúde** da Capasemu é obrigatória a coparticipação dos filiados. Os valores destas coparticipações são estabelecidos através de Resoluções, com base no cálculo atuarial realizados anualmente por empresa especializada e nos dados contábeis. A partir da ciência dos limites e condições do plano de saúde oferecido é **facultativa a filiação dos Servidores Municipais Estatutários do Município de Passo Fundo**.

A carência para utilização do Plano de Saúde no caso de filiação de **seis meses** é legalmente estabelecida na **Lei Complementar nº 208/2008**. Exceto quando se tratar de retorno à condição de filiado, se já foi cumprida anteriormente. Os **Dependentes Legais** são os filhos até completarem **18** anos de idade, e os portadores de deficiência que impossibilite exercer quaisquer atividades remuneradas enquanto nesta condição permanecerem. (Art

40, *caput e § único, Lei Complementar nº 208/2008*). Os **Dependentes Especiais** que poderão ser inscritos são: o cônjuge, o companheiro ou companheira; os filhos dos 18 anos até completarem 24 anos de idade, **solteiros**; os menores sob guarda, os tutelados e os enteados que vivam sob a dependência econômica do filiado, e que não possuam bens ou recursos suficientes para o próprio sustento. (Art 41, incisos I, II e III da **Lei Complementar nº 208/2008**). A contribuição para o sistema de saúde é de 6,9% sobre o padrão e as vantagens definitivamente incorporadas dos servidores ativos e sobre os proventos servidores inativos e pensionistas. Estas contribuições dos Servidores Ativos estão totalizadas na conta **1.2.1.0.06.3.1.00.00.00 - Contribuição Serv. Ativo Civil p/ Assist. Médica Principal** que no encerramento deste exercício financeiro alcançou o montante de **R\$ 4.966.966,75**. Nesta conta ainda estão incluídas as receitas para retorno ao Plano da Capasemu dos filiados que retornam através de Processos Administrativos e recolheram as contribuições prevista em lei. Em relação as Receitas de Contribuição dos Servidores Inativos dos Pensionistas estas receitas estão registradas separadamente. O montante registrado destas receitas está registrado na conta **1.2.1.0.99.1.0.00.00.00 - Outras Contribuições Sociais** que no encerramento deste exercício financeiro alcançou o montante de R\$ 2.746.832,43. A **Câmara Municipal de Passo Fundo**, a **Prefeitura**, o **Hospital Municipal Dr César Santos**, o **Ippasso** e a própria **Capasemu** também contribuem com o mesmo valor acima sendo considerado o montante da receita mensal como Contribuição Patronal. Estas contribuições Patronais estão totalizadas na conta **1.2.1.0.06.1.0.00.00.00 - Contribuição para os Fundos de Assistência Médica** que no encerramento deste exercício financeiro alcançou o montante de **R\$ 7.702.732,97**. O Dependentes **legais e especiais** também contribuem mensalmente com o valor informado através dos Cálculos Atuariais o montante mensal desta receita é considerado como **Capasemu Dependentes (antigo Plano 45)**. O valor mensal por dependente no exercício financeiro de 2018 foi de R\$ 70,00 por mês. Estas contribuições ao Plano dos dependentes estão totalizadas na conta **1.2.1.0.06.9.1.03.00.00 - Contribuição de Assistência Médica Plano 45** que no encerramento deste exercício financeiro alcançou o montante de R\$ 355.999,02. O valor referente a Contribuição de Assistência Médica ao Plano Odontológico cujo valor é mensalmente descontado da folha dos filiados a este serviço está totalizado na conta **1.2.1.0.06.9.1.04.00.00 - Contribuição de Assistência Médica Plano Odontológico** que no encerramento deste exercício financeiro alcançou o montante de R\$ 527.616,04. Já a **parcela reembolsável** (consignação descontada diretamente da folha dos filiados) em favor da Capasemu **até o limite de 20%** sobre o valor o padrão e as vantagens definitivamente incorporadas dos servidores filiados ao Plano é descontada mensalmente é lançada contabilmente nas contas específicas de controle no Ativo Circulante com a descrição **“Créditos a receber Dec Fla Pgto”**, sendo estas separadas por centro de custo.

14 CAPASEMU - CAIXA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO

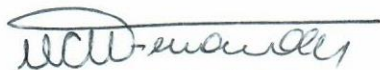
CNPJ 87.603.775/0001-30

Endereço: Rua Morom, 1858, 5 andar, Centro de Passo Fundo, RS.

Tel. 54 .3313.1311

14.1 . Órgão Público da Administração Indireta- Autarquia Municipal de prestação de serviços: Caixa de Assistência e Serviços de Saúde dos Servidores Municipais de Passo Fundo.

Passo Fundo (RS) 31 de dezembro de 2018.



Marcelo C. de M. Fernandes

Contador
Portaria nº 18 / 2007
CPF: 556.103.230-53



Vera Maria Vieira

Diretora Financeira
Portaria 766 / 2016
CPF: 307.088.930-15



Francisco C. Xavier
Presidente / CAPASEMU
Portaria: 766 / 16